

## APRESENTAÇÃO

Os homens sempre se perguntaram a respeito de algo intrigante: como é que uns mandam sobre os outros?. Desde a Antigüidade formularam-se duas respostas para essa pergunta. Pela primeira, está ínsita na natureza humana a tendência para a vida em sociedade e, logicamente, para constituir alguém que a dirija. Pela segunda, percebendo a conveniência, os homens são levados a formular um contrato entre si, pelo qual também escolhem que os dirigirá.

Com o Cristianismo, porém, surgiu um novo elemento. Num mundo sobredeterminado pelo religioso, reconhecia-se a existência do poder temporal, mas, ao paulino, segundo o qual “todo o poder vem de Deus (*omnis potestas a Deo*)”: De que modo esses dois poderes provém de Deus? Qual a relação entre eles? Reduzem-se eles a um só ou são dois poderes independentes? Como se resolvem os casos de conflito entre eles?

Num arco de tempo de cerca de 1000 anos, de Agostinho a Lutero, essas perguntas se repetiram. A tradução da *Política* de Aristóteles para o latim, na segunda metade do século XIII, e os dois grandes conflitos logo se sucederam, entre Bonifácio VIII e Filipe, o Belo, e entre João XXII e Luís IV da Baviera, estimularam a produção de uma grande quantidade de textos teóricos sobre a questão do poder, e neles foram aventadas respostas do mais diverso teor. Contudo, se elas forem consideradas numa ordem cronológica, percebe-se que, lentamente, vão apontando para a separação entre a esfera, e a temporal. Elas anunciam outros tempos, onde brilharão Maquiavel e Hobbes. Do mesmo modo, também a Filosofia teórica sempre mais se vai emancipando da Teologia.

Os textos que se seguem foram apresentados, inicialmente, no simpósio *Lei, Direito e Ética na Filosofia Prática da Idade Média*, realizado na PUCRS, em abril de 2005.

*Porto Alegre, 13 de maio de 2006.*

Prof. Dr. Luis Alberto De Boni  
Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

VERITAS	Porto Alegre	v. 51	n. 3	Setembro 2006	p. 3
---------	--------------	-------	------	---------------	------